



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 07/2023

Período: 11/03/2023 - 17/03/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Caso das joias sauditas repercutiu e gerou crise de imagem das Forças Armadas
- 2- Em coluna opinativa, general defendeu o repúdio à politização das Forças Armadas
- 3- Base do governo do PT defende a não participação das Forças Armadas em ações de segurança pública
- 4- Ministro da Defesa apresentou proposta para proibir militar da ativa em cargo civil
- 5- Crimes praticados por pessoas com autorização para uso de arma de fogo aumentaram 78,2% em 2022 no Distrito Federal
- 6- Novo presidente do STM tomou posse
- 7- Almirante bolsonarista foi indicado para integrar a cúpula da Marinha
- 8- Comandante da Polícia Militar e governador do Distrito Federal viram culpa do Exército em atos antidemocráticos

1- Caso das joias sauditas repercutiu e gerou crise de imagem das Forças Armadas

De acordo com reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o envolvimento de pelo menos sete militares no caso das joias sauditas supostamente apresentadas ao ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), causou crise na imagem das Forças Armadas. Para oficiais da Aeronáutica, do Exército e da Marinha consultados pelo jornal, a participação dos militares no escândalo, tanto no processo da entrada ilegal dos itens quanto na tentativa de reaver as joias retidas pela Receita Federal, provocou um “vexame [que] tira prestígio da caserna”. Segundo um oficial de alta patente ouvido pelo periódico, “a única participação da Força Aérea Brasileira (FAB) foi a de ceder o avião que tentou reaver as joias em São Paulo”. Já um oficial do Exército disse acreditar “que não caberia à Força a investigação” de um dos envolvidos, o tenente-coronel Mauro Cid, que era ajudante de ordem de Bolsonaro. Oficiais da Marinha, por sua vez, disseram que “o assunto está sendo apurado fora do âmbito da Marinha”. Ademais, segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o almirante da Marinha e ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, foi intimado pela Polícia Federal a depor no inquérito, após ter retornado ao país com as joias apreendidas. O Ministério Público afirmou em nota que “não houve, até o momento, indicação de que as condutas relacionadas ao caso de que trata o pedido estejam descritas no

mencionado artigo (de crimes militares)” e que, portanto, o assunto seria de natureza civil. (Correio Braziliense - Política - 12/03/23; Folha de S. Paulo - Política - 12/03/23)

2- Em coluna opinativa, general defendeu o repúdio à politização das Forças Armadas

Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva e doutor em relações internacionais Fernando Rodrigues Goulart defendeu o papel apolítico das Forças Armadas. Segundo o general, houve, nos últimos anos, uma politização das Forças que provocou “episódios de flagrante ofensa aos cânones da profissão militar”, mas que podem servir de aprendizado à instituição. Por fim, o general afirmou que “cada militar precisa saber conciliar o direito de ter posição política própria com o requisito de ser apolítico profissionalmente”. (O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 12/03/23)

3- Base do governo do PT defende a não participação das Forças Armadas em ações de segurança pública

Reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, noticiou que parlamentares da base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentaram uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que altera o texto do artigo 142 da Constituição Federal de 1988, para “acabar com interpretações distorcidas de que haveria um ‘poder moderador’ sobre a democracia”, além de proibir que militares da ativa exerçam cargos civis no governo e acabar com as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), autor da PEC, afirmou que as Forças Armadas não estão preparadas para combater a criminalidade. Entretanto, membros do poder Executivo veem a proposta como um “tiro no pé” que comprometeria a relação do novo governo com a caserna, levando a aproximação das Forças “com o bolsonarismo”. Ainda segundo a *Folha de S. Paulo*, o ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, vê essa ação como “revanchismo”, “uma ofensiva do Partido dos Trabalhadores (PT) para mudar o papel das Forças Armadas na Constituição”. Fontes do Exército afirmaram à *Folha* que “a caserna não concorda com o fim das operações de Garantia da Lei e da Ordem”. Eles veem a PEC como uma ação isolada do PT, sem grande apoio no Congresso. O periódico ainda informou que o novo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), declarou-se contrário a propostas de mudança do artigo 142 da Constituição. Para Barbosa, não há necessidade de alteração, pois o texto já responde bem ao tema em sua redação atual. (Folha de S. Paulo - Política - 12/03/23; Folha de S. Paulo - Política - 13/03/23; Folha de S. Paulo - Política - 17/03/23)

4- Ministro da Defesa apresentou proposta para proibir militar da ativa em cargo civil

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, apresentou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula

da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), uma proposta para barrar militares da ativa a assumirem cargos civis. De acordo com relatos feitos à *Folha*, essa proposta não sofreu oposição da alta cúpula das Forças Armadas e teria como objetivo evitar que mudanças como a discutida pelo PT para alterar o artigo 142 avancem no Congresso Nacional. Em uma coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista César Feitoza afirmou que a proposta não representa um controle civil sobre os militares, mas sim uma estratégia para retomada de credibilidade nas Forças Armadas e da confiança do presidente Lula. Segundo Feitoza, ainda que a proposta represente uma mudança de postura nos comandos do Exército e da Marinha, segue-se a estratégia da “metonímia da caserna: pega-se uma parte para não ter de mudar o problema todo”. Na visão do jornalista, um real controle civil sobre as Forças Armadas seria incluir civis nos grupos de trabalho que atualizam a Estratégia Nacional de Defesa — documento que norteia as ações das Forças para o período de quatro anos — atualmente formados apenas por militares. Porém, o ministro da Defesa ainda mantém reserva quanto a esse tipo de medida. Ao *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa confirmou ter enviado a proposta ao governo, construída em comum acordo entre o ministro Múcio e os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica. O texto, segundo o *Correio*, já teve aprovação do presidente da República e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, estudava a melhor forma de apresentar o projeto ao Congresso Nacional. Ainda na esteira das ações que discutem a politização das Forças Armadas, a *Folha* informou que a alta cúpula da Marinha emitiu comunicado aos membros da Força estipulando o prazo de 90 dias para que militares da ativa filiados a partidos políticos peçam sua desfiliação, sob pena de responderem a medidas disciplinares. A *Folha* destacou que o comunicado mencionava o dispositivo constitucional previsto no artigo 142 da Constituição Federal que impede que militares em serviço ativo se filiem a partidos. O jornal destacou que o documento circulou no mesmo dia em que o presidente Lula se encontrou com as lideranças da Marinha. (*Correio Braziliense* - Política - 17/03/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 13/03/23; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 14/03/23; *Folha de S. Paulo* – Política – 16/03/23)

5- Crimes praticados por pessoas com autorização para uso de arma de fogo aumentaram 78,2% em 2022 no Distrito Federal

Segundo dados da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), divulgados pelo *Correio Braziliense*, os crimes praticados por pessoas com autorização para uso de armas de fogo através do certificado para Colecionadores, Atiradores desportivos e Caçadores (CACs) aumentaram 78,2% no intervalo de um ano. De 2021 para 2022, as ocorrências subiram de 115 para 205 na capital do país, que vão desde o comércio ilegal de arma de fogo, tentativa de homicídio, prática de terrorismo a feminicídio. Especialistas da área afirmaram que os números se devem à facilitação das normas estabelecidas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) na regulamentação do acesso às armas no Brasil. Em nota, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informou que o registro nas atividades de CACs, até então realizado pelo Exército Brasileiro, tinha os seguintes pré-requisitos previstos para a obtenção do documento: necessidade de comprovação de capacidade técnica para manuseio e de laudo de aptidão psicológica fornecido por psicólogo credenciado, além da declaração de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal. Novos registros

estão suspensos pelo Decreto 11.366 de 1º de janeiro de 2023. Para o referido Ministério, os números reforçam a importância das medidas adotadas pelo governo federal desde 1º de janeiro deste ano, para reverter o descontrole no uso de armas e fortalecer uma regulação responsável também de munições no país. Procurado pela reportagem, o Exército ressaltou que, “em relação aos dados de ocorrências levantados (pela Polícia Civil), não cabe à instituição analisar tais casos. O Exército Brasileiro cumpre o que está previsto em Normas do Ordenamento Jurídico vigente”. (Correio Braziliense – Cidades – 14/03/23)

6- Novo presidente do STM tomou posse

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo tomou posse no cargo de presidente do Superior Tribunal Militar (STM) em 16/03/2023. A cerimônia foi acompanhada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e a presidente da corte, Rosa Weber, além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD). A *Folha de S. Paulo* destacou que Camelo fez elogios a Lula em seu discurso de posse e afirmou que o presidente se empenha em reduzir a desigualdade social, pacificar o país e consolidar a democracia. O *Correio Braziliense* ressaltou que Camelo criticou indiretamente a gestão do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL), durante a qual um poder criticava abertamente outro, gerando “clima de hostilidade”. “O Supremo é o órgão que dá a última palavra. Uma palavra que tem de ser respeitada”, completou. Após a posse, de acordo com o *Correio*, Camelo disse apoiar a proposta de lei, iniciativa do Executivo, que obriga militares da ativa a irem para a reserva se forem disputar ou ocupar cargos políticos. (Correio Braziliense - Política - 17/03/23; Folha de S. Paulo - Política – 17/03/23)

7- Almirante bolsonarista foi indicado para integrar a cúpula da Marinha

Conforme reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, a Marinha indicou o almirante Eduardo Vazquez, comandante do 1º Distrito Naval, para integrar a cúpula da Força. Segundo o periódico, Vazquez é conhecido entre seus colegas por suas opiniões fortes e antipetismo, além de ter demonstrado simpatia aos manifestantes contrários à posse do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que estiveram acampados em frente aos quartéis do Exército e se envolveram nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 – mas não há relato de comentários diretos de Vazquez sobre os atos. A *Folha* destacou também que o almirante não tem perfil ativo nas redes sociais e é respeitado entre os militares, tendo em seu histórico o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil, da sigla em inglês), missão da ONU que patrulha as águas em torno do Líbano, além de ter substituído o almirante Flávio Rocha como chefe de gabinete do Comando da Marinha. A aprovação das promoções decididas pelos Alto-Comandos das Forças Armadas cabe ao presidente da República, o que torna a indicação, de acordo com o periódico, um novo entrave na relação de Lula com os militares. (Folha de S. Paulo - Política - 17/03/23)

8- Comandante da Polícia Militar e governador do Distrito Federal viram culpa do Exército em atos antidemocráticos

Conforme o periódico *Correio Braziliense*, o coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Jorge Eduardo Naime, acusou o Exército, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) que investiga os atos antidemocráticos de 08/01/2023, de dificultar o trabalho da polícia. Segundo o depoente, houve tentativa de impedir a entrada de policiais nos prédios invadidos por manifestantes em Brasília, por meio de uma linha de choque do Exército com blindados. “Eles não estavam voltados para o acampamento, mas sim para a PM”, disse Naime, sobre a tentativa de remover o acampamento de manifestantes em frente ao Quartel-General (QG) do Exército. Ele também informou ter havido um princípio de discussão, que só se acalmou quando Ricardo Capelli, então interventor na Secretaria de Segurança do Distrito Federal (DF), e o general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, ex-chefe do Comando Militar do Planalto, se reuniram com coronéis da PM. Naime informou ter recebido, então, ordem para manter o policiamento na Esplanada e mobilizar tropas para remover o acampamento apenas na manhã seguinte. O *Correio* informou que o Exército se manifestou por meio de nota que sua atuação em 08/01/2023 está sendo apurada pelas autoridades competentes e que está à disposição para contribuir com as investigações. Após a sessão na CLDF, o relator da CPI, deputado distrital João Hermeto de Oliveira Neto (MDB), afirmou que pretende convocar o general Dutra de Menezes, e destacou que “Aquela cena do Exército, dentro do Palácio do Planalto, tentando impedir o trabalho da Polícia Militar, tem que ser apurada”. Já o governador do Distrito Federal (DF), Ibaneis Rocha (MDB), em entrevista para o *Correio Braziliense*, afirmou que os atos antidemocráticos foram possíveis por falhas na segurança pública, causadas por culpa da PMDF, mas também por culpa do governo federal e do Exército, que permitiram a permanência do acampamento em frente ao QG da Força. Na opinião do governador, o principal erro do Exército foi ter permitido o acampamento. Ele afirmou ter tentado retirar os manifestantes, mas foi impedido. (*Correio Braziliense - Cidades - 17/03/23*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izele de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Giovani Nunes de Aguiar

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima